

EDITORIAL

Vol. 11, Núm. 28, 2024.

Com a publicação de seu **Número 28**, intitulado “**Práticas Emancipatórias do Direito**”, a Revista Culturas Jurídicas, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), com grande alegria, inaugura seu **Volume 11**. Este número é composto por valiosas contribuições de pesquisadores/as brasileiros/as e estrangeiros/as, que fornecem à comunidade acadêmica importante material para auxílio em debates atuais e relevantes, além de manter o padrão de excelência e internacionalização do periódico, classificado pela CAPES no estrato **Qualis A4**.

O presente número reúne 8 artigos que mantêm o perfil de multidisciplinariedade da Revista Culturas Jurídicas, que já lhe é característico e traz trabalhos que tratam de temas relevantes situados e relacionados nos debates contemporâneos na América Latina e no Direito Constitucional. Dessa maneira, há discussões sobre gênero e direito, direitos fundamentais, filantropia, ensino jurídico, constitucionalismo, epistemologias descoloniais, direitos dos povos originários e degradação do meio ambiente.

A temática desta edição busca apresentar o Direito em viés emancipatório, o qual pretende promover a emancipação das classes sociais oprimidas e marginalizadas em busca da igualdade política, econômica e social, a partir de uma abordagem crítica do Direito, questionando normas e estruturas legais tradicionais, superando o alicerçado pela teoria tradicional como tratado nos artigos desta edição.

Ressalte-se que o pretendido nesta edição é justamente, de forma contemporânea e mantendo a característica crítica da RCJ, apresentar oposição ao pensamento tradicional e suas respectivas dinâmicas institucionais, que perpetuam as desigualdades, utilizando-se o olhar mais inclusivo e restaurativo. Os artigos ora veiculados realizam análises a partir de antigos e novos problemas sociais, apontando para práticas alternativas e soluções viáveis.

Nosso **primeiro artigo** é de autoria de **Nelson Camatta Moreira** (Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; estágio de pós-doutorado em Direito pela *Universidad de Sevilla*, Espanha; e Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória - FDV, Espírito Santo) e de **Wagner Eduardo Vasconcellos** (Mestre e Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pelo PPGD-FDV), intitulado “**Constitucionalismo Crítico na América Latina: Decolonialidade, Repolitização do conflito e Pluralismo Jurídico.**” Os autores analisam o pensamento descolonial latino-americano, com o objetivo de superar os alicerces epistemológicos da tradição eurocêntrica.

Sustentam que o projeto de "constitucionalismo crítico decolonial latino-americano" estaria orientado pela desconstrução jurídico-discursiva a partir das condições sócio-históricas concretas das subjetividades excluídas e invisibilizadas.

Intitulado **“Gênero e Direito nos contos de miss Algrave e Praça Mauá de Clarice Lispector”**, o **segundo artigo** é de autoria de **Nathália Salotto de Lima** (Mestra em Teorias Jurídicas Contemporâneas na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). O trabalho está inserido no campo de debates sobre Direito & Arte e analisa a representação dos padrões de comportamento impostos pela sociedade nas obras ficcionais “Miss Algrave” e “Praça Mauá”, de Clarice Lispector, considerando as problemáticas, a construção social e o modo como as relações de poder que estruturam a sociedade impactam na divisão de gênero.

O **terceiro texto** tem como título **“Reflexões em torno dos argumentos sobre a descriminalização do aborto: dilemas morais numa sociedade democrática”** elaborado por **José Ricardo da Cunha** (Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq; Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC) e **Maria Clara Gama Madureira** (Mestra em Direito pelo PPGD-UERJ). O trabalho busca trazer uma reflexão atualizada sobre a descriminalização do aborto no Brasil, apresentando o embate entre os argumentos pró-vida e os argumentos pró-escolha, em que os primeiros se utilizam de argumentos teológicos, enquanto deveria ser priorizado o argumento deontológico.

O **quarto trabalho** nesta edição é de autoria de **João Pedro Schmidt** (Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; estágio de pós-doutorado na *George Washington University* (EUA); e Professor no PPGD da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC) e intitula-se **“Auto-organização local e terceiro setor: entre o enfoque filantrópico e associativo”**. Apresenta estudo que questiona as diferenças entre os enfoques filantrópico e associativo acerca do terceiro setor, problematizando se é mais apropriado utilizar o enfoque associativo para realizar estudos sobre organizações da sociedade civil e auto-organização local.

O **quinto artigo** é de autoria de **Cristóvão Teixeira Rodrigues Silva** (Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba – PPGCJ/UFPB; Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEd/UFRN; e Professor do Departamento de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA, Ceará) e de **Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes** (Doutor em Educação pela UFRN; Professor Titular do Departamento de Filosofia, Membro do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) e do Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFil) da

UFRN). O texto **“Práticas pedagógicas multidimensionais para um ensaio jurídico ativo e participativo”** analisa os fundamentos e as características das metodologias ativas e participativas no ensino jurídico sob a perspectiva de uma pedagogia multidimensional.

Intitulado **“Autorregulação digital: da normatividade excludente para o diálogo normativo com o Estado”**, o **sexto texto** deste número foi escrito por **Ramon de Vasconcelos Negócio** (Doutor em Direito pela Johann Wolfgang Goethe Universität - Frankfurt am Main, Alemanha; e Professor do curso de Direito do Centro Universitário Sete de Setembro, Ceará). O trabalho aponta a questão das plataformas digitais e ressalta a existência do fenômeno da autorregulação em plataformas e aplicativos digitais, aferindo se há efeitos construtivos e destrutivos na relação com o Estado.

O **sétimo trabalho** foi originalmente publicado em espanhol na Revista chilena *Ius et Praxis* (v. 28, n. 2, p. 99-123, 2022) e agora é veiculado pela RCJ em tradução inédita para o português (por **Antônio Diogo Oliveira Herculano**, Mestre pelo PPGD/UFRJ). A autoria é de **Katherine Becerra Valdívia** (Doutora em Ciência Política pela *University of Missouri* (EUA); Mestra em Direito pela *Universidad Católica del Norte*, Chile; Mestra em Pedagogia Universitária pela *Universidad Mayor*, Chile; Professora Faculdade de Direito de Coquimbo da UCN, Chile). O texto intitula-se **“Los derechos colectivos indígenas: propuesta de una clasificación en perspectiva comparada latinoamericana”**, e aborda os direitos coletivos dos povos indígenas e considera que se trata de categoria jurídica apta a proteger os povos originários. Propõe a classificação dos direitos coletivos em níveis (inovadores, moderados e básicos), realizando estudo comparado em dez países latino-americanos, quais sejam: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Peru e Venezuela.

O **oitavo artigo** e última contribuição deste número é de autoria de **Giulia Parola** (Doutora em Direito pela *Université Paris V René Descartes* (França) e *Università degli Studi di Torino* (Itália); Estágio de Pós-Doutorado em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC-UFF); LL.M em Direito Internacional do Meio Ambiente pela *University of Iceland*). No artigo **“Ecological Interest: Ecological duties of the citizens and of the Authorities”**, a autora analisa como a legislação pode ser uma importante ferramenta para garantir os direitos e deveres ambientais para evitar a degradação do meio ambiente, sugerindo a introdução de deveres ecológicos em níveis local e internacional.

Dessa maneira, esperamos que com os trabalhos contidos neste **Número 28** a RCJ continue contribuindo com a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira e latino-americana. Mais uma vez, agradecemos às autoras e aos autores que nos brindaram com suas

valiosas contribuições. Aproveitamos a oportunidade para lembrar a todos/as os/as interessados/as em publicar conosco que a RCJ está sempre de portas abertas para receber artigos de qualidade que auxiliem para o fortalecimento das culturas jurídicas e que abordem criticamente temas atuais e relevantes para a sociedade em geral.

Prof. Dr. Enzo Bello
(Editor-Chefe da RCJ)

Mestra Caroline Matias Gabriel
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Josué Alves Gouvêa Filho
(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Juliana Mello de Queiroz
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Juliana Pieruccetti Sengès Waksman
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestra Kelda Sofia da C. S. C. Rocha
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestranda Nathália Damasceno
(Editora-Assistente da RCJ)

Mestrando Pedro Gabriel da Conceição Pereira
(Editor-Assistente da RCJ)

Mestranda Thais Petrillo Mello de Almeida
(Editora-Assistente da RCJ)